COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 2015

Altera a Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000.

Determina a atualização dos valores repassados aos Estados e

Municípios referentes a convênios celebrados entre a União e

os referidos entes ou referentes a programas executados em

parceria.

AUTOR: Deputado JOÃO GUALBERTO

RELATOR: Deputado JORGINHO MELLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 96, de 2015, do ilustre Deputado João

Gualberto, propõe alterar a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal

LRF), de modo a obrigar a atualização monetária dos valores inscritos em restos a

pagar relativos a transferências realizadas pela União em favor dos demais entes

federados.

A referida atualização, com base no "Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo" (IPCA) medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

alcançaria os restos a pagar referentes a convênios celebrados entre os entes federados

e a programas executados em parceria, desde a data do empenho até a do efetivo

pagamento ao beneficiário.

A proposição estabelece que, uma vez firmado o compromisso, mediante a

assinatura do termo, os valores relativos à atualização monetária deverão somar-se aos

restos a pagar de responsabilidade do ente repassador.

Além disso, o referido PLP acrescenta dispositivo que remete às leis de

diretrizes orçamentárias a disciplina da matéria, podendo essa legislação temporária,

inclusive, eleger casos em que não seria aplicável a multicitada atualização.

Na justificação, o Autor manifesta preocupação com a prática recorrente do Governo Federal de postergar pagamentos de convênios celebrados com os entes subnacionais, bem como de atrasar as liberações de recursos relativos a programas

nacionais executados em parceria com aqueles entes, sob a alegação de assegurar-se o

cumprimento das metas fiscais.

Lembra que atrasos nos repasses financeiros da União em favor de Estados e

Municípios constituíram uma das razões para a promulgação da Emenda Constitucional

86/2015, que tornou obrigatória a execução das programações decorrentes de emendas

parlamentares individuais.

Advoga o Autor, ainda, que diversas obras públicas restam inacabadas pelo

País afora em razão do inadimplemento ou defasagem financeira dos repasses por parte

do ente contratante, de que resultaria uma série de prejuízos financeiros e sociais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, X, "h", c/c o art. 53, II, ambos do Regimento Interno da

Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão, além da apreciação de mérito, o exame

dos "aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que

importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua

compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e

o orçamento anual".

No tocante aos aspectos orçamentários e financeiros decorrentes de eventual

aprovação do PLP 96/2015, verificar-se-ia impacto imediato sobre os orçamentos da

União. Consoante a redação proposta, tem-se que, realizada a inscrição de restos a

pagar de despesas relativas a convênios ou programas desenvolvidos em parceria com

os entes subnacionais, incidiria imediatamente a atualização monetária com base no

IPCA, desde a data do empenho até a data do pagamento.

Porém é preciso levar em consideração que o possível impacto nas contas

públicas da União somente ocorrerá quando esta cometer atrasos nos repasses

financeiros em favor dos Estados e/ou Municípios. Esse é um ponto crucial que precisa

ser levado em consideração, uma vez que o atraso nos repasses por parte da União não

gera uma punição pecuniária para este ente, e desta forma, os gestores se utilizam dessa

prática punindo de forma grave os Estados e Municípios.

Na justificativa de seu projeto de lei o nobre autor ressalta que "(...) não são

poucas as obras inacabadas nos mais longínquos rincões do país por conta do

inadimplemento/defasagem financeira do ente contratante de convênio/programa,

causando um prejuízo social e de recursos públicos já utilizados absolutamente

inconcebíveis no atual estágio da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Desta forma, concordando com o projeto de lei apresentado, e destacando que

haverá renuncia fiscal apenas se a União atrasar o repasse das verbas, entendo que este

projeto merece parecer pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira,

passando agora para análise do mérito.

No mérito destaco que o projeto de lei é de extrema importância visto que

possui o objetivo de corrigir uma prática que a anos é utilizada pelos gestores públicos

Federais. Porém se faz necessário alterar um pequeno detalhe, pois entendo que não

seria correto exigir a correção do repasse do recurso se o causador desta demora não for

de culpa única e exclusiva da União.

Ou seja, caso os atrasos nos pagamentos desses investimentos decorrerem de

circunstâncias de âmbito local, sem que a União tenha dado causa à intempestividade,

não caberá a ela corrigir o valor repassado. Por este motivo apresentamos uma emenda

transcrevendo esse importante ponto.

Ante as razões expostas, somos pela compatibilidade e adequação

orçamentária e financeira do PLP nº 96/2015, e no mérito somo pela aprovação, com a

emenda em anexo.

Sala da Comissão, em

de

de 2017.

Deputado JORGINHO MELLO

Relator

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 329 – CEP 70160-900 – Brasília – DF Fones: (61) 3215-5329 – Fax: (61) 3215-2329

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei Complementar Nº 434, DE 2017

Altera a Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000. Determina a atualização dos valores

repassados aos Estados e Municípios referentes a

convênios celebrados entre a União e os referidos

entes ou referentes a programas executados em

parceria.

EMENDA Nº

Substitua-se o caput do art. 42-Aº do projeto pelo seguinte texto:

"Art. 42-A. Os recursos referentes a convênios ou a programas executados em

parceria com os Estados e Municípios que não foram repassados durante o exercício

financeiro em que foram empenhados serão corrigidos pelo IPCA do IBGE, a partir da

data do empenho até a data do efetivo pagamento ao ente beneficiário nos exercícios

e-mail: dep.jorginhomello@camara.gov.br



subsequentes, salvo se os atrasos decorrerem de circunstâncias de âmbito local, sem que a União tenha dado causa à intempestividade."

Sala da comissão, de de 2018

Deputado JORGINHO MELLO Relator